



Tel. (61) 3215-5941 e 3215-3941
E-mail: dep.iesussergio@camara.leg.br

“Solicita informações ao Sr. Ministro da Economia, acerca da inclusão no Programa Nacional de Desestatização (PND), dos parques nacionais dos Lençóis Maranhenses, de Jericoacoara e do Iguacu”.

No exercício das competências, prerrogativas e responsabilidades insertas nos artigos 49, X e 50, §2º da Constituição Federal e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero a Vossa Excelência que sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Economia, acerca da inclusão no Programa Nacional de Desestatização (PND), dos parques nacionais dos Lençóis Maranhenses, de Jericoacoara e do Iguaçu, devendo ser respondidas especificamente as seguintes indagações:

- Quais as condições impostas à empresa que vencer o leilão da privatização dos parques? Quais os compromissos que assumirão como contrapartida?
- Quais são os critérios para determinar o preço mínimo do leilão de um parque como Iguaçu, Lençóis Maranhenses e Jericoacoara?
- Quem terá o controle sobre os preços a ser cobrado dos turistas que procuram os parques?
- Qual a relevância para a recuperação econômica do país a privatização de três dos maiores atrativos turísticos do Brasil?
- O governo federal recebeu proposta do governo do Maranhão para assumir a gestão do parque nacional dos Lençóis Maranhenses. Como está tratando essa questão?



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do deputado Jesus Sérgio

Tel. (61) 3215-5941 e 3215-3941
E-mail: dep.jesussergio@camara.leg.br

JUSTIFICAÇÃO

Os parques nacionais dos Lençóis Maranhenses (MA), de Jericoacoara (CE) e do Iguaçu (PR) que estão entre os principais pontos turísticos do Brasil, agora são alvos do Programa Nacional de Desestatização (PND), incluídos por decreto do presidente Jair Bolsonaro. Os parques que são conhecidos no mundo todo, estão nos encartes das agências de viagens dos principais países que oferecem o Brasil como destino para passar férias. Agora o governo Bolsonaro quer passar toda essa riqueza, potencial turístico e econômico para as mãos de algum empresário brasileiro ou estrangeiro, explorar economicamente.

Pelo decreto presidencial publicado no Diário Oficial da União, edição de 3 de dezembro, os parques estão no âmbito do programa de concessões do governo federal (PPI). Em agosto o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) havia sugerido a desestatização dos parques.

É preciso cuidado do governo sobre os impactos sociais, econômicos e ambientais da privatização. A proposta de privatizar a gestão dos parques pretende dar uma destinação econômica para as unidades de conservação do meio ambiente, atualmente controlados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), sem se preocupar com os impactos ambientais e sociais da região.

O parque dos Lençóis Maranhenses, por exemplo, abriga ecossistemas diversos e frágeis, como a restinga e o manguezal, e um campo de dunas que ocupam a maior parte da área da unidade e é o principal atrativo devido às lagoas que se formam no período chuvoso na região.

Com base nessas afirmações solicito que sejam respondidos os questionamentos acima elencados e solicito ao Sr. Ministro de Estado da Economia que envie, no mais breve prazo possível, as informações solicitadas.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 2019.

JESUS SÉRGIO
Deputado Federal – PDT/AC